

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

CLEUDINETE GOMES BEZERRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: IMPORTÂNCIA E DIFICULDADES DOS CUIDADORES
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DAS CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA EM TABATINGA – AM**

Tabatinga - AM
2017

CLEUDINETE GOMES BEZERRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: IMPORTÂNCIA E DIFICULDADES DOS CUIDADORES
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DAS CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA EM TABATINGA – AM**

Trabalho de Conclusão de Curso TCC
apresentado como requisito final para a
obtenção do grau de licenciado (a) em
Pedagogia pela Universidade Estadual do
Amazonas.

Orientador (a): Prof^a Darcimar Souza
Rodrigues

CLEUDINETE GOMES BEZERRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: IMPORTÂNCIA E DIFICULDADES DOS CUIDADORES
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DAS CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA EM TABATINGA – AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Amazonas.

Aprovado em _____ de _____ de 2017.

BANCA AVALIADORA

Profª MSc. Darcimar Souza Rodrigues
Orientadora

Profª Esp. Eliuomar Cruz da Silva
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

Profº Esp. Salvina Oliveira Gonçalves
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares que sempre estiveram em meu coração e em minha vida. A minha filha por estar sempre ao meu lado me apoiando em todos os momentos da minha vida e principalmente nessa fase final da graduação. Aos meus pais, a minha irmã Cleudinéia que sempre me apoiaram e me incentivaram durante esta árdua caminhada, pela confiança a mim depositada e por acreditarem em meu potencial. Pelos meus amigos Naira Rodrigues Cruz, Marizete Bentes Gomes e Eliane Alves Lopes por terem me auxiliados nesta trajetória da minha vida, qual pude contar com vocês em todos os momentos. Também àquelas pessoas que sempre me deram forças e sempre acreditaram nas minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me dar a vida e ter me proporcionado este momento de realização de meus sonhos e objetivos com saúde, força, coragem, paciência e ânimo, para aguentar os dias exaustivos e cansativos.

Agradeço a minha amada família que, em todos os momentos, me respeitaram, me apoiaram e compreenderam quando estive ausente em alguns momentos especiais.

A minha digníssima filha Anna Paula que nos momentos de cansaço me acariciava, afirmando que eu iria vencer, dizendo que Deus estava comigo.

As minhas irmãs e irmãos que sempre estavam ao meu lado me incentivando. Família agradeço e amo todos vocês.

Meus sinceros agradecimentos aos professores desta instituição acadêmica que, com paciência e dedicação souberam orientar e conduzir os acadêmicos ao conhecimento. Agradeço em especial a Prof^a Darcimar Souza Rodrigues e Prof^a Rosi Meri Bukwitz Jankauskas por todo apoio, carinho, compreensão e incentivo, até mesmo pelos conselhos que me proporcionaram. E a cada um de nossos professores que contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional com relação à educação.

Aos meus colegas de turma, os quais compartilhei alegrias, tristezas, frustrações e outros sentimentos próprios de um acadêmico.

Enfim a Universidade do Estado do Amazonas por oportunizar a todos aqueles que, como eu, desejam fazer parte desse processo educativo.

EPÍGRAFE

“A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão.”

Paulo Freire

LISTA DE SIGLAS

PNEE – Plano Nacional de Educação Especial

CIEEI – Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

RESUMO

A inclusão da criança com deficiência nas instituições escolares tem causado certa preocupação aos educadores e com isso, muitas pesquisas e projetos são desenvolvidos com a finalidade de proporcionar a criança o direito a educação escolar. O caminho trilhado é marcado por desafios que envolvem o professor e a criança. Para amenizar essas dificuldades e oferecer um ambiente propício a aprendizagem, algumas políticas públicas são implementadas, inclusive, o direito da presença de um cuidador. Portanto, a temática Educação Inclusiva: importância e dificuldades dos cuidadores no processo de desenvolvimento escolar das crianças com deficiência em Tabatinga – AM foi desenvolvida mediante o objetivo de pesquisar, evidenciar e caracterizar os elementos que compõem a profissão de cuidador e conhecer a legislação pertinente a essa profissão. Além de conhecer as patologias mais comuns que as escolas recebem e torna-se responsabilidade do cuidador. A metodologia utilizada, foi um estudo de caso com enfoque qualitativo. A coleta dos dados se deu através de uma entrevista realizada com professoras da E. M. José Carlos Mestrinho e uma mãe. Concluiu-se com esse trabalho a necessidade da inclusão desse profissional nas salas de aulas como facilitador e mediador do processo educativo juntamente com o professor regente para o desenvolvimento da aprendizagem de discentes que necessitem da sua ajuda nas atividades diárias em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Especial. Cuidador. Educação Inclusiva. Importância.

RESUMEN

La inclusión del niño con discapacidad en las instituciones escolares ha causado cierta preocupación a los educadores y con ello, muchas investigaciones y proyectos se desarrollan con la finalidad de proporcionar al niño el derecho a la educación escolar. El camino trillado está marcado por desafíos que involucran al profesor y al niño. Para amenizar esas dificultades y ofrecer un ambiente propicio al aprendizaje, algunas políticas públicas se implementan, incluso, el derecho de la presencia de un cuidador. Por lo tanto, la temática Educación Inclusiva: importancia y dificultades de los cuidadores en el proceso de desarrollo escolar de los niños con discapacidad en Tabatinga - AM fue desarrollada a través del objetivo de investigar, evidenciar y caracterizar los elementos que componen la profesión de cuidador y conocer la legislación pertinente a Esta profesión. Además de conocer las patologías más comunes que las escuelas reciben y se convierte en responsabilidad del cuidador. La metodología utilizada, fue un estudio de caso con enfoque cualitativo. La recolección de los datos se dio a través de una entrevista realizada con profesoras de la Sra. José Carlos Mestrinho y una madre. Se concluyó con ese trabajo la necesidad de la inclusión de ese profesional en las aulas como facilitador y mediador del proceso educativo junto con el profesor regente para el desarrollo del aprendizaje de alumnos que necesite su ayuda en las actividades diarias en el aula.

Palabras clave: Educación Especial. Cuidador. Educación Inclusiva. Importancia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CAPITULO I – REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 História da Educação Especial e Inclusiva	12
1.2 Educação Especial no Brasil	15
1.3 Os Entraves da Educação Inclusiva	16
1.4 Educação Especial no Município de Tabatinga-AM	21
1.5 A Inclusão Social e sua Legislação	22
1.6 A Importância da Presença de um Cuidador Escolar	25
1.7 As Obrigações de um Cuidador – sua atuação	28
1.7.1 Quanto à Necessidade	29
1.7.2 Quanto a Função	30
1.7.3 Quanto a Responsabilidade e Tarefas	30
2 CAPITULO II – METODOLOGIA	32
2.1 Local da Pesquisa	32
2.2 Público Alvo	32
2.3 Quanto aos Objetivos	32
2.4 Abordagem	33
2.5 Quanto ao tipo de Pesquisa	34
2.6 Quanto à Coleta de Dados	34
2.7 Técnica	34
3 CAPITULO III – RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES	47

INTRODUÇÃO

O surgimento de cuidadores, assim denominados por terem como público-alvo pessoas com necessidades especiais, teve como propósito servirem de auxiliares para professores em sala de aula. Para a realização deste trabalho, a problemática girou em torno dessa nova modalidade de auxílio e, até que ponto esses profissionais estão capacitados para o desenvolvimento dessas atividades. Partindo dessa ideia levantou-se algumas questões a qual direcionou a pesquisa como: Qual a importância da presença do cuidador no auxílio das atividades escolares dessas crianças? Há um conhecimento da Legislação que ampara o cuidador educacional? As escolas municipais trabalham com cuidadores? Como são treinadas as pessoas que são designadas a trabalhar como cuidadora?

Diante disso, espera-se que os profissionais da educação, em especial da Educação Infantil, adote uma postura inclusiva, visto que as escolas sempre abrirão suas portas para receber essa clientela querendo ou não. Sabe-se que o cuidador tem um papel importantíssimo junto ao professor titular, dentro do processo de ensino e da aprendizagem quando se trata de crianças com algum problema especial.

Este trabalho de pesquisa surgiu a partir da observação na E. M. José Carlos Mestrinho, de que havia crianças que apresentavam alguma deficiência nas salas de aula e como era difícil a professora administrar seu trabalho com as demais crianças, se uma exigia mais atenção. Por esse motivo buscou-se pesquisar sobre a atuação dos cuidadores dentro da escola.

É difícil ver um professor tentar fazer um bom trabalho com todas as crianças, mas, os meios oferecidos não ajudam muito. Não se sabe se por motivos políticos ou por falta de solicitação, quase não se utiliza dos serviços dos cuidadores.

Com essa pesquisa buscou-se entender a importância da presença do cuidador dentro da sala de aula e também no processo de ensino. Sabe-se que, essa função é recente, mas, já consta em uma cláusula da LDB com obrigatoriedade.

O que se quer com isso é contribuir para o conhecimento da necessidade que tem de ter um cuidador em sala de aula. Os objetivos desse trabalho foram de Pesquisar, evidenciar e caracterizar os elementos que compõem a profissão de

cuidador e conhecer a legislação pertinente a essa profissão, além de conhecer as patologias mais comuns que a escolas recebe e torna-se responsabilidade do cuidador, assim como relacionar a importância do cuidador no processo de ensino-aprendizagem; identificar as metodologias empregadas no processo de ensino.

Para o desenvolvimento desse trabalho monográfico utilizou-se a linha de pesquisa educação especial e inclusiva numa abordagem qualitativa na perspectiva da pesquisa bibliográfica. Como instrumento de pesquisa utilizou-se de questionário e entrevista como forma de coletar dados para posteriormente realizar uma análise para se chegar a um resultado.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: Introdução, seguida por três capítulos, sendo que, o primeiro, se refere a todo embasamento teórico acerca da temática e apresentando alguns subitens como a História da Educação Especial e Inclusiva; Educação especial no Brasil; fala ainda sobre Os entraves da Educação Inclusiva; como está a Educação Especial no município de Tabatinga; aborda sobre A inclusão social e sua legislação; mostra a importância da presença de cuidador e por fim, aborda sobre as obrigações do cuidador e sua atuação no meio escolar. O segundo capítulo, apresenta a metodologia utilizada com o propósito de conhecer a realidade da Escola Municipal José Carlos Mestrinho, no qual os professores da educação Infantil. Nessa pesquisa fez-se primeiro o levantamento bibliográfico com o intuito foi encontrar teóricos que embasasse a pesquisa. O método utilizado foi o indutivo, com enfoque qualitativo, a partir da pesquisa bibliográfica e descritiva. Para coleta de dados utilizou-se as técnicas de observação, entrevista e questionário, por fim, o terceiro capítulo, o qual consta o resultado e as discussões sobre as análise dos dados coletados. Como resultado, está a verificação da necessidade da presença de cuidadores na escola, visto que é notado com maior frequência a presença de criança com necessidades especiais.

Como conclusão, está a reflexão sobre a importância da presença do profissional cuidador na sala de aula, onde geralmente se encontra uma outra criança portadora de alguma deficiência. E por fim as referências onde conta os autores que contribuíram com a realização deste trabalho.

CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 História da Educação Especial e Inclusiva

Em análise ao histórico da educação inclusiva no Brasil, vê-se que tudo deu-se início nos séculos XVII e XVIII. Nesse meio tempo, observa-se várias situações, ou seja, práticas e teorias, no qual pode ser considerada como atitude de exclusão, na maioria das vezes causada pela discriminação. Acredita-se que essas atitudes eram geradas pela ignorância, levando a rejeição das pessoas com deficiência. Muitas vezes, a própria família, a escola e a sociedade ainda agem de uma forma preconceituosa, pondo em evidencia a exclusão.

Sabe-se que, muitos antes, os deficientes eram tratados como seres anormais e muitas vezes internados em instituições como orfanatos, manicômios e até prisões. Tanto que, é dito que, “...na antiguidade, as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformados” (BRASIL, 2001, p. 25).

Vale ressaltar que, a medida em que a humanidade vai-se evoluindo, as concepções em relação aos deficientes foram mudando, “conforme as crenças, valores, culturas, concepções de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001, p. 25)

Por volta do século XIX, começou-se a perceber certa preocupação com essa clientela até então discriminada. As pessoas a quem consideravam anormais passam a oferecer uma educação dita especializada. Essa tal educação os tiravam do contato com a sociedade, isto porque os mantinham nas residências.

Com o passar do tempo, foi-se valorizando mais esse público e buscando através de movimentos sociais defesa contra a discriminação e a luta pela inclusão dos deficientes ao meio social.

Críticas surgiram em relação às práticas de ensino da época, no qual questionaram que a forma de “educar” poderia gerar uma exclusão.

Nesse período de transição histórica, as discussões acerca da educação inclusiva vem-se aprofundando e, com isso, muitas políticas públicas são debatidas no intuito de garantir a criança portadora de qualquer deficiência, o direito de frequentar as instituições públicas. Sabe-se, no entanto, que toda essa problemática

está muito além do que deveria ser, principalmente, no que diz respeito, a educação infantil.

Figueira 2011, p.54) diz que:

A educação infantil não pode fugir dessa responsabilidade, devendo permitir a mudança de ideias de atitudes e práticas nos âmbitos político, pedagógico e administrativo, gerando mudanças paradigmáticas na sociedade como um todo.

Há de concordar com o que diz o autor, visto que a responsabilidade da educação infantil é de todos, pois, se a escola aceita uma criança com deficiência, deve-se adequar às novas práticas pedagógicas a fim de dar a devida educação a essas crianças.

Vê-se que muitos são as crianças com deficiências ou transtornos, com isso é lançado o desafio aos órgãos competentes, bem como a sociedade em propor uma política de inclusão e capacitar ou formar profissionais para o trabalho com esse público.

Quando se fala numa adequação, não se refere apenas a formação do educador, mas também, ao espaço físico e aos recursos utilizado no atendimento às crianças com deficiência.

Nesse cenário conta-se também com a percepção do aluno como ser capaz e o professor que quer fazer de seu trabalho uma ação inclusiva deve repensar sua prática pedagógica. Nesse sentido Sacristán (1995, p.76) afirma:

A mudança em educação não depende diretamente do conhecimento, porque a prática educativa é uma prática histórica e social que não se constrói a partir de um conhecimento científico, como se se tratasse de uma aplicação tecnológica. A dialética entre conhecimento e ação tem lugar em todos os contextos onde a prática acontece.

A ação inclusiva deverá se constituir a partir da aquisição do conhecimento adquirido ao longo de sua trajetória e da disponibilidade em buscar novas práticas considerando a diversidade dos alunos e as suas características individuais. Quanto a isso Sacristán (1995, p. 77) opina:

As mudanças educativas, entendidas como uma transformação ao nível das ideias e das práticas, não são repentinas nem lineares. A prática educativa não começa do zero: quem quiser modificá-la tem de apanhar o processo “em andamento”. A inovação não é mais do que uma correção de trajetória.

Se falta conhecimento, orientação e recursos, volta-se ao tradicionalismo, mostrando assim a ineficiência e incapacidade de realizar um trabalho satisfatório e, dessa forma a inclusão será uma resistência. Nesse cenário da atividade inclusiva surgem os desafios, pois convive-se com uma diversidade de situações, já que várias são as deficiências.

Toda essa falta de incentivo e recursos só contribuirá para o fracasso de qualquer ação, pois trata-se de um trabalho em conjunto. É preciso levar em consideração que, a falta de conhecimento sobre o assunto também influencia nesse processo.

Pois, segundo Silva (2008, p.17) diz que: “os processos e as estruturas são os instrumentos de consolidação de uma ação de poder sobre as pessoas. Essa ação pode contribuir para a criação de um clima favorável ou não à inclusão.”

Baseado em estudos, percebe-se que o processo de inclusão é uma ação complexa, pois é necessário que o trabalho educativo seja em conjunto, com parcerias, onde haja apoio de todos. É importante dizer que, quando há união e cobranças, garante-se conquistas sobre os direitos da pessoa deficiente ou com transtornos.

Para que o trabalho se efetive no ambiente escolar de forma inclusiva, deve ser feita uma reflexão sobre as práticas pedagógicas, a fim de definir estratégias de ação, participação e organização de ensino. Dessa forma, o atendimento às PNEE será melhorado e as atitudes até então discriminatórias darão lugar a construção de uma sociedade inclusiva, oportunizando uma aprendizagem a todos os cidadãos.

A educação inclusiva deve passar por um processo de reestruturação social, pois a escola deverá estar preparada para receber essa clientela especial. Todos deverão ver as novas perspectivas em relação às PNEE, deixando de olhar apenas a incapacidade ou limitação e sim, as possibilidades e competências desse clientela.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007, p.10) diz que:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Todo atendimento especializado, hoje, cogitado em debates, é visto apenas nas escolas, em salas de recursos, fora do horário de aula, deixando o aluno fora do contato com outras crianças e atividades. É nesse momento que se vê a necessidade de uma pessoa que auxilie nos atendimentos às crianças. É aí que surge o profissional chamado cuidador.

O cuidador é aquela pessoa que estará ao lado do professor auxiliando-o na aprendizagem e no cuidado a criança de cuidados especiais.

O que se sabe é que a profissão de cuidador é uma atividade nova, que sua regulamentação passa por processos de aprovações mas, concorda-se que sua presença é indispensável a qualquer deficiência. Na sua ausência, em alguns casos, mas raro, algumas famílias dão certa ajuda junto aos professores espontaneamente, como forma de incentivar também seus filhos a estudarem.

1.2 Educação especial no Brasil

A Educação Especial no Brasil se inspirou nos tratamentos que eram dados aos portadores de necessidades especiais europeus e norte-americanos. Isso no século XIX. No decorrer desse período, várias ações políticas foram acontecendo mas, o atendimento mais específico só se iniciou a partir dos anos 50 e 60 do século XX.

Mazzotta (2001) diz que:

Na primeira metade do século XX, portanto até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantido pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. Ainda catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares atendiam também alunos com outras deficiências (2001, p. 31)

Hoje, a classe de profissionais, pais e as próprias pessoas com necessidades educativas especiais classificam a inclusão um modelo de pensamento e ação, no que diz respeito a incluir todos os indivíduos socialmente, inclusive no contexto educacional. Assim sendo, esse processo visa combater conceitos estereotipados, contribuindo para o equilíbrio do processo de desenvolvimento das PNEE, pois através de mecanismos de compensação das limitações apresentadas por esses indivíduos, a escola poderá garantir atitudes de

superação dos sentimentos de inferioridade. Todas as ações a serem implementadas devem partir de métodos e procedimentos especiais, que tornem possível a operacionalização de tais mecanismos. As inovações tecnológicas produzidas pela humanidade muitas vezes possibilitam a viabilização de novas formas de comunicação e tecnologia, pois facilitam a forma conduzir um trabalho de aprendizagem acesso minimizando as dificuldades da clientela.

No Brasil, a Educação especial surgiu com o propósito de oferecer escolaridade a crianças com alguma deficiência, mas sabe-se que, a princípio, foram impedidas de se inserirem no processo regular de ensino. De acordo com Bueno (1994, p. 24):

Todo processo de ampliação da Educação especial quer em relação à quantidade de crianças por ela absorvidas, quer na diversificação das formas de atendimento e do tipo de clientela[...], reflete a ampliação de oportunidades educacionais para crianças que, por características próprias, apresentam dificuldades para se inserirem em processos escolares historicamente construídos[...]

Mas, no nosso país, já no século XX, ainda mostra um quadro educacional um tanto negativo para um país que anseia emergir no âmbito de desenvolvimento. Moll (1996, p. 21) fala que, “o desenvolvimento urbano-industrial, próprio do avanço das relações capitalistas de produção, vai encontrar no analfabetismo um entrave à necessidade emergente de cidadãos que dominem a língua escrita para maior ‘integração social’ e ‘inserção profissional”.

No entanto, toda essa ação de exclusão sempre foi percebida, principalmente nas camadas populares, onde crianças, adolescentes e adultos eram classificados por suas características étnicas e socioeconômicas.

Para Ferreira (1993, p.25), “no Brasil, a entrada da psicologia no ambiente escolar acompanhou, também, as exigências do modelo econômico e do processo de ampliação da escola pública”.

1.3 Os Entraves da Educação Inclusiva

Expressões como “desculpe, mas a escola tem muitas escadas e não comporta um cadeirante” ou “não temos auxiliares e nem profissionais para atender sua filha” e ainda “ah sua filha tem síndrome de Down? Ela já estudou em outra

escola?” são ouvidas por mães que buscam dar aos filhos o direito de frequentar a escola.

Sabe-se, no entanto que, negar o acesso à escola a essas crianças é proibido. No artigo 8º da Lei 7. 853, diz que:

[...]constitui crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa [...] recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado por motivos derivados de deficiências.

No entanto, esses fatos nem sempre chegam ao órgão competente e mesmo que cheguem ao conhecimento não dão a devida importância.

As leis de inclusão e a obrigatoriedade de matrícula não surgiram acompanhadas de uma formação, nem com condições de trabalho. É necessário, portanto, que a escola se adapte de acordo com as necessidades.

Surge, então, a necessidade de buscar alternativas, mesmo que a angústia de lidar com o desconhecido seja mais um desafio na vida dos educadores.

Vale ressaltar, que os docentes têm a preocupação de como organizar sua prática, de forma que inclua o aluno com deficiência, além de proporcionar condições para o aprendizado da criança.

A escola precisa saber que não deve apenas aceitar esse aluno com deficiência mas, contar com o apoio de profissionais capazes de orientar sobre especificidade de cada aluno e mostrar como deve acontecer a inclusão.

Para as famílias, sempre esperam que os professores estejam preparados e que as escolas ofereçam cuidadores que auxiliam as crianças na alimentação, locomoção e higienização. Enquanto a escola não oferece esse profissional, muitos pais se dispõem a auxiliar os professores, muitas vezes deixando seus afazeres um pouco de lado para garantir aos filhos o direito de estudar.

Infelizmente, não há como contar com recursos para esse fim, visto que, essa função de cuidadores é nova e sua legislação ainda tramita, em termos de ajustes e regularização. Se a educação inclusiva caminha a passos lentos, imagina a situação de cuidadores.

As dificuldades da Educação, não diz respeito apenas na educação inclusiva, ela só soma a outras. É importante entender toda essa complexidade e ter um olhar atento. Ter consciência dos benefícios amplos da Educação Inclusiva se

faz necessário, visto que o ambiente humano torna-se heterogêneo e interessante no processo de aprendizagem, já que haverá uma interação maior.

Garantir o direito da criança e adolescente à Educação não quer dizer apenas dar condição a eles a adentrar no mercado de trabalho mas, ampliar seus horizontes no campo do conhecimento e da aprendizagem.

A promoção da inclusão é formar cidadãos capazes de olhar pessoas com deficiência de maneira solidária, sem medo do “diferente”. O que causa a exclusão é o preconceito e a falta de estrutura aos deficientes.

A educação de alunos especiais não tem muita diferença da educação comum. Se difere apenas nos recursos metodológicos que precisam ser adequados, de forma a auxiliar no desenvolvimento dos indivíduos. O objetivo visa a aprendizagem, integração social, auto realização, bem como sua independência. A aprendizagem de alunos com deficiência geralmente acontece de forma lenta, em relação a outras crianças, pois apresentam maior dificuldade na apreensão de conceitos.

Na maioria das vezes, as crianças com deficiência, são tidas como indivíduos que não são capazes de aprender, por serem considerados incapazes de construir seu conhecimento.

Para D'Antino (1997, p. 102):

Na educação ainda se reflete a ideologia político-social de qualquer sociedade, há de se tentar compreender a educação especial que hoje temos de conformidade com a sociedade em que vivemos. Sociedade essa que tende a excluir as minorias e delas esperar sempre muito pouco. [...] Sabe-se que a ideias de isolar e segregar está presente em muitos que pensam na educação dos portadores de deficiência mental, por considerar que sua plena integração social jamais se consolidará numa sociedade competitiva que preconiza o desempenho, a produtividade, o vigor, a beleza, etc.

A educação inclusiva deve proporcionar a criança atividades que se adequam as necessidades do aluno. Desta forma, as atividades favorecerão a diversidade a partir daquilo que se acha que é direito dos indivíduos.

O respeito aos direitos e liberdades humanas deve ser de todos e o primeiro passo para é a construção da cidadania. Portanto, a educação inclusiva deve ser vista como uma possibilidade de ampliar os direitos na inclusão e nas diferenças.

Essa possibilidade amplia a visão de mundo e desenvolve oportunidades de convivência com os educandos que fazem parte da educação de forma inclusiva.

Com o propósito de promover a educação inclusiva, é preciso que seja universalizado o acesso à educação de acordo com a diversidade, dessa forma se mantém a filosofia que se deseja seguir, ou seja, dar uma educação de qualidade.

Mas para que isso aconteça, é essencial que tudo esteja centrado na criança, mas desde que haja envolvimento da família, da comunidade, da escola e os próprios sujeitos que estão envolvidos na inclusão.

A inclusão só se constitui se tiver uma postura ativa da identificação das barreiras no qual algumas pessoas encontram quando buscam acesso à educação e bem como na busca de recursos necessários para consolidar um novo modelo educacional na construção de uma escola aberta às diferenças. É importante dizer que, deve haver uma promoção de transformação da escola e das alternativas pedagógicas que objetive o desenvolvimento de uma educação para todos.

Para os direitos humanos, a educação inclusiva implica na definição de políticas públicas, as quais se traduzem em ações planejadas, implementadas e avaliadas. Assim, vale lembrar que, a implantação das ações devem estar voltadas à gestão, à formação de professores, às metodologias educacionais, as quais responderão às necessidades dos alunos.

É difícil para o educador receber um aluno com necessidades educativas especiais pela primeira vez. Pois isso, torna-se um desafio, já que a inclusão só acontece se a escola assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas que envolve o todo, pois o ensino será transmitido, concebido e avaliado.

De acordo com a Revista Nova Escola (GUIMARÃES, 2003, p. 40) a inclusão de estudantes com deficiências nas classes regulares pressupunha um avanço histórico em relação ao movimento de integração que requer algum tipo de treinamento do deficiente para permitir sua participação no processo educativo comum. Diante dessa opinião, vê-se que inclusão precisa de uma reestruturação no sistema de ensino. O objetivo principal é fazer com que a escola se torne aberta às diferenças, fazendo um trabalho competente, onde atenda a todos sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais. As crianças que estão nas escolas especiais têm o direito constitucional, por isso, a escola só tem mantê-la garantindo o seu direito.

A Constituição federal, 1988, Capítulo III, Seção I Artigo 205, cita que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício de cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.1).

Se a educação é direito de todos, os indivíduos portadores de deficiência estão, sem dúvida, incluídos. Sendo assim, sua educação é plenamente assegurada, basta que todos conheça, seus direitos.

A partir de uma dimensão dialética, pensamos uma educação inclusiva considerando a educação como prática de inclusão social. Não podemos falar em educação especial, sem pensar na educação de todos. O paradigma da inclusão serve de parâmetro à gestão educacional e para efetivação de projetos políticos pedagógicos que privilegiam o respeito às diferenças, numa transformação histórica para os processos de exclusão, presentes na educação brasileira (MONTEIRO, 2005, p.3).

A Educação Especial vem galgando por um longo caminho entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Essa tentativa de eliminar os preconceitos e dar oportunidade a inserções, integrar os alunos com deficiências nas escolas comuns do ensino regular surgiu a partir de movimentos de integração. Essa prática deu-se início, pela utilização de classes especiais como forma de integração parcial, ou seja, um espaço específico dentro da escola, mesmo que, muitos alunos passem toda a sua vida escolar na mesma classe especial. Skiliar ressalta que:

Há uma falta de reflexão educativa sobre a educação especial e é preciso pôr em relevo uma necessidade específica: incluir a análise dos fatos dentro dos problemas educativos gerais e não, como se faz habitualmente, fora deles, ou seja, “quanto mais longe melhor” (SKILIAR, 1997 apud MONTEIRO, 2005, p.5).

A educação tem enfrentado, hoje, um grande desafio em (re) significar suas práticas frente a uma realidade social e educacional excludente. Sabe-se que a educação de crianças especiais é um problema, como também em todos os grupos em que há uma especificidade que os diferencia.

Ao atender às diferenças, é atender às necessidades especiais, (re) significar, mudar o olhar da escola, pensando não na adaptação do aluno, mas na adaptação do contexto escolar aos alunos inclusivos. Isso significa torná-lo múltiplo, de experiências e possibilidades.

O ensino inclusivo não deve ser confundido com Educação Especial. Sabe-se que, o ensino especial é desde sua origem um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do ensino regular, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares.

Sabe-se, contudo, que o ensino inclusivo é uma tarefa árdua, pois sempre surgirão inúmeros empecilhos, os quais deverão ser superados através das experiências, atitudes, conceitos e principalmente, com investimento.

1. 4 Educação Especial no Município de Tabatinga-AM

A educação especial em Tabatinga nasceu do sonho de alguns educadores que buscavam dar uma educação especial a um público que tinham pouco acesso à escola pública. Com o propósito de mostrar que seria possível fazer algo diferente, com pessoas, ditas muitas vezes sem condição de aprendizagem criou-se o Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva Professora Esmeralda Aparício Negreiros - CIEEI inaugurado no dia 29 de maio de 2004, sob administração do então Prefeito Raimundo Nonato Batista.

O CIEEI, como é chamado carinhosamente surgiu a partir da vinda da Universidade Federal do Amazonas à Tabatinga com o Curso de Pedagogia, quando, a partir da disciplina “Educação Especial” que, impulsionou e conduziu a turma de acadêmicos a realizar estudos, mapeando a quantidade de pessoas com deficiência existentes no município. Para tanto, organizaram o 1º Seminário de Educação Especial no Município de Tabatinga e, assim foi constatado um grande número de pessoas portadoras de necessidades especiais. Esse fato incentivou a preocupação e despertou o desejo de se fazer algo de concreto para fazer valer a lei que entrou em vigor em 1996.

Com o objetivo de efetivar as condições da educação especial no município, e com a perspectiva de permitir aos alunos a conquista do seu espaço enquanto sujeito de sua construção como pessoa, no resgate da cidadania, reuniram-se 06 acadêmicas do Curso de Pedagogia que planejaram e elaboraram uma pequena proposta, que foi encaminhada ao Secretário de Educação da época, professor Adalberto Augusto Pereira do Nascimento que, juntamente com o prefeito Raimundo Nonato Batista deram o primeiro passo rumo à criação do tão sonhado Centro

Integrado de Educação Especial e Inclusiva, contando com uma equipe de profissionais multidisciplinar da cidade de Letícia para capacitar professores da rede municipal de ensino.

Desse modo com a aprovação e contribuição da prefeitura, inaugurou-se em 29 de maio de 2004, com o nome de Centro Integrado de Educação Especial Professora Esmeralda Aparício Negreiros – CIEE esta referida Instituição de ensino, que mais tarde, com a lei municipal de nº 740/2015, de 10 de novembro de 2015 foi alterada sua nomenclatura para “Centro Integrado de Educação Especial e Inclusiva Professora Esmeralda Aparício Negreiros – CIEEI”, uma vez que atende pessoas com deficiência e promove a inclusão. No início de seus atendimentos, o CIEEI foi dirigido por uma equipe de colombianos especializados no atendimento a pessoas com deficiências, que constava dos seguintes profissionais: psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, terapeuta vocacional e professores.

Hoje, já se pode dizer que os avanços são significativos, visto que cursos de pós-graduação são oferecidos no sentido de ampliar o conhecimento dos docentes que trabalham com esse público.

1.5 A Inclusão Social e sua Legislação

O artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB garante o acesso à educação especial na rede regular de ensino para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Na prática, para que a inclusão aconteça, esses alunos precisam de serviços que estejam atentos às características específicas de cada deficiência, como nos casos em que é indispensável a presença de um cuidador, pessoa responsável por acompanhar individualmente o educando portador de deficiências para a realização de suas tarefas diárias. Sabe, no entanto, que no Brasil, esse tipo de atendimento ainda não é obrigatório, entretanto, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJ da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 8014/10, de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), cujo objetivo é assegurar a atuação do cuidador na escola.

O que se quer com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar é o aperfeiçoamento da legislação educacional vigente no País.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação no artigo 58, se refere a inclusão da educação especial, como uma modalidade de educação escolar, deve ser oferecida para educandos portadores de necessidades especiais de preferencia no ensino regular.

Na justificativa para o Projeto, o deputado Eduardo Barbosa (2010) diz que “a Lei já dispõe sobre a obrigatoriedade, quando necessário, da oferta de serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (§ 1º do art. 58 da LDB).

Na opinião do deputado, esses serviços devem ser especializados, no qual serão realizados em salas de recursos multifuncionais, no chamado Atendimento educacional Especializados.

Para isso no entanto, necessita-se de uma pessoa que terá uma função específica como diz o deputado Eduardo Barbosa (PROJETO LEI, 2010)

[...]conforme se caracteriza a deficiência do aluno, para garantir sua inclusão escolar pode ser necessária a presença de um cuidador, ou seja, de uma pessoa que o acompanhe de forma mais individualizada no ambiente escolar, em sua mobilidade, necessidades pessoais e realização das tarefas afins.

Por isso, nosso intuito é, por meio da presente proposição, o de acrescentar parágrafo ao artigo 58 da LDB, após o parágrafo primeiro desse artigo que trata justamente da oferta obrigatória dos serviços de apoio especializado nas escolas regulares, para destacar a obrigatoriedade da presença de cuidador quando as condições do aluno com deficiência assim o recomendarem.

Conscientes da complexidade da matéria, mas certos de estarmos contribuindo decisivamente para a construção da educação inclusiva em nosso País, esperamos contar com o apoio das Senhoras e Senhores Deputados para aprovação do presente Projeto de Lei.

Segundo o presidente da Comissão do Direito da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Tênio do Prado, o projeto de lei busca regulamentar o que já acontece nas escolas e tornar obrigatória a atuação do cuidador em instituições regulares de ensino, principalmente da rede pública. “Via de regra, a escola de ensino fundamental de educação especial conta com o cuidador, que é a pessoa que vai prestar assistência ao aluno, o que é feito de acordo com cada tipo de deficiência. Dependendo da peculiaridade e necessidade, a pessoa

com deficiência na idade escolar não consegue ter uma vida autônoma sem depender de alguém que o auxilie para fazer as atividades básicas. Muitas vezes isso não acontece nem na fase adulta” (TENIO PRADO, 2014) .

Prado ainda explica que, os pais ou algum familiar próximo cumprem o papel de cuidar integralmente da pessoa com deficiência, mas no ambiente escolar é preciso ter um profissional que atenda as necessidades diárias do aluno.

Um projeto de lei, hoje chega para tentar igualar a vida da pessoa que tem deficiência com a que não tem, uma vez que ela já enfrenta inúmeros problemas. Por exemplo, para levar a criança ou o adolescente para a escola, a família encontra problemas com o transporte, a falta de acessibilidade física e arquitetônica do ambiente. Além disso, ainda tem a rejeição e discriminação porque as pessoas não estão acostumadas a conviver com quem tem necessidades específicas (TENIO PRADO, 2014)

O projeto acrescenta um parágrafo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96). De acordo a legislação atual, o ensino especial para alunos com deficiência deve ser oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, sendo que a própria LDB já prevê a prestação de serviços de apoio especializado nesses estabelecimentos quando necessário.

O Projeto de lei nº 6.966/2006, cria a profissão de cuidador e o Congresso Nacional decreta que:

Art. 1º Fica criada a profissão de Cuidador nos termos desta Lei.

Art. 2º A profissão de Cuidador caracteriza-se pelo serviço domiciliar, extra institucional de saúde, prestado a pessoas cuja saúde debilitada, idade avançada ou limitação temporária ou crônica as impeçam de realizar, sem ajuda, tarefas básicas da vida cotidiana como locomoção, alimentação ou higiene, visando a melhoria do seu quadro geral físico e a sua inserção no convívio familiar e social.

Art. 3º São requisitos para o exercício da profissão de Cuidador

I – conclusão, com aproveitamento, de curso de qualificação básica para a formação de Cuidador;

II – conclusão do ensino fundamental regionais.

Art. 4º Caberá ao Ministério da Saúde estabelecer o conteúdo programático do curso de que trata o inciso I.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Usou-se como justificativa para a implementação do projeto a assistência a pessoas dependentes, seja por doença crônica ou degenerativa, seja por fatores resultantes da idade avançada, reclama a presença de profissional habilitado a lidar

com tais pessoas no particular de tarefas e afazeres não compreendidos estritamente nas atribuições próprias dos profissionais da saúde.

Ainda pelo aumento de expectativa de vida do brasileiro, com uma população crescente de idosos, e situações outras de incapacitação geradas pelo estresse e os desafios do cotidiano justificam a profissão de Cuidador, cujas atribuições, a ser elencadas em norma ministerial, podem variar de simples companhia a pessoa necessitada, derivando para ações de higiene, passeios, vigilância, dentre outras.

Embora não reconhecida formalmente, a atividade de cuidador existe, a cargo da família (98%), recaindo os serviços especialmente nas mulheres (92,9%), e, destas, em idosas, quase sem nenhum tipo de ajuda.

1.6 A Importância da Presença de um Cuidador Escolar

Um cuidador de deficientes torna-se hoje, um suporte necessário para que o ambiente escolar torne-se inclusivo. Há projetos em tramitação que levam as escolas a oferecerem cuidadores para as crianças que apresentarem alguma deficiência. Em alguns estados do Brasil, a presença de um cuidador já é obrigatória, visto que o número de crianças que precisam de cuidados especiais só aumenta.

Hoje, se questiona quem são esses profissionais? Quais são suas funções? Pois bem, com o aumento do número de alunos com deficiência matriculados em escolas públicas, viu-se a necessidade de dar o melhor a essas crianças e essa melhoria foi a presença de um cuidador, sendo assim um suporte físico a escola.

Sua presença é tão importante que, uma das metas do Plano Nacional de Educação é universalizar o atendimento para crianças de 04 a 17 anos que apresentem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação, de preferência no ensino regular.

Sabe-se, no entanto que, devido esse público crescente, há projetos que tramitam com o propósito de garantir um ensino inclusivo obrigando a presença de cuidadores, uma vez que, os mesmos tenham passado por uma avaliação para o atendimento.

No que diz respeito a sala de aula, o cuidador terá que acompanhar o estudante de forma individual, ajudando-o nas atividades escolares e necessidades básicas.

A ideia, na verdade, é contar com uma ajuda especializada no cotidiano escolar, favorecendo aprendizagem. É preciso, portanto, que haja uma adequação no currículo e na organização de turmas, isso dará condições de uma melhor atenção às crianças.

Segundo a Reportagem de revista especializada.

Acessibilidade e inclusão social são alguns dos temas mais discutidos e requisitados nesse novo século. Buscando-se a igualdade de oportunidades e o contorno das barreiras físicas, sensoriais, comunicacionais e/ou atitudinais, há cada vez mais demandas de criação de recursos assistivos para a promoção de uma vida plena para a pessoa com deficiência. Porém, tais recursos podem não ser apenas materiais, e sim humanos. Nessa categoria entra o profissional cuidador do indivíduo com deficiência (Revista e ADAP em 20/09/2016).

Sabe-se que tudo o que foi dito é verdadeiro e fundamental para a autonomia do deficiente, não importando o grau de sua deficiência. Todo esse trabalho é de fundamental importância para a autonomia da criança com deficiência.

Segundo Mara Gabrielli, psicóloga, publicitária, deputada federal de São Paulo e tetraplégica devido a um acidente de carro ocorrido em 1994, falou por experiência própria que, o cuidador não tem hora certa de trabalho, pois as necessidades das pessoas com deficiência são essenciais e quase constantes, pois geralmente estão relacionadas com suas funções vitais e fisiológicas. A deputada conta:

Sou a prova viva de que ninguém faz nada sozinho. Profissionais cuidadores demonstram solidariedade e respeito diante das limitações alheias, representam um verdadeiro compromisso no resgate da dignidade humana e da valorização da pessoa com deficiência. Muitos abdicam de partes importantes de suas próprias vidas, nos campos profissional, afetivo e pessoal, para poder realizar bem essa tarefa (Revista especializada, 2016).

Sobre essa questão é preciso ressaltar que Mara Gabrielli foi a relatora da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sancionada em julho de 2015 e em vigor desde janeiro de 2016. Segundo pesquisas, a LBI trouxe inúmeros avanços relativo à

pessoa com deficiência, mas quanto ao direito de se ter um cuidador pago pelo Estado ainda está na lutas pelas conquistas da pessoa deficiente.

Uma coisa é certa, enquanto esse direito não acatado pelo Estado, a atividade de cuidador ainda é atribuída pela família ou por algumas escolas que lançando mão de sua autonomia designa professores auxiliares para a função de cuidadores.

Nessa discussão, surge um outro empasse, ou seja, a remuneração do cuidador. É um caso a ser explicado, visto que, haverá sempre a necessidade do mesmo ser solicitado particularmente, fora do contexto escolar e, por ser uma situação não tão regulamentada há discussão sobre como e quanto pagar um cuidador.

Dentro contexto de cuidador ou atendente pessoal, leva-se em consideração outra função agregada e por ser de forma mais específica ao serviço é chamada de monitor de apoio à pessoa com deficiência. Esse profissional garante a inclusão do aluno em classes regulares de ensino ou nas universidades. O monitor é geralmente contratado pelas instituições educacionais como servidor público quando atua em escolas públicas de ensino fundamental e médio. No caso do ensino superior, o contrato de trabalho varia de acordo com cada universidade estadual ou federal, assim como nas escolas e faculdades particulares. Quanto a formação exigida desse profissional quase há tantos requisitos, a não ser quando houver necessidade como no caso dos deficientes visuais. A ser contratada pode ter cursado apenas o ensino fundamental, ou ter feito pós-graduação na área educacional; os critérios, variam para cada instituição contratante.

Este serviço de monitoria em escolas e universidades faz parte do Atendimento Educacional Especializado garantido por lei, segundo os Artigos 227, § 1º, inciso II, e 208, inciso III, da Constituição Federal:

O Estado promoverá a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência [...]”. Também a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, dita que “cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Para ter direito a um cuidador ou monitor escolar, atualmente, vê-se como única alternativa é entrar num consenso com o estado ou município ou até recorrer a um juízo.

Outra forma que pode garantir a presença e custeamento desse profissional, é lançar mão dos benefícios já garantidos na legislação.

Em pesquisa observou-se que a LBI previu a criação do Auxílio-Inclusão – benefício esse que, ainda não está regulamentado mas que propiciará, a algumas pessoas com deficiência, o recebimento de um valor mensal. Com o recebimento desse valor, a pessoa poderá investi-lo na contratação de um cuidador.

É notório que a educação inclusiva é lei no Brasil desde 2004, a partir de então vem quebrando barreiras e trazendo novidades, com outras maneiras de educar, pois além das dificuldades físicas, há também de cunho do conhecimento. No que se refere ao cuidador, é um profissional novo, visto como uma nova modalidade de trabalho, dito como o segundo professor, e que deve ser visto com preocupação e atenção, pois auxiliará para uma educação inclusiva de qualidade.

Além do segundo professor, as escolas da rede estadual precisam contar com programas, que dão apoio específico às ações de educação inclusiva, promovendo orientações didáticas e o desenvolvimento de atividades com a utilização da tecnologia.

O aprender é mérito da criança, os métodos e a aplicação do conhecimento são do professor. Assim, o que garante o desenvolvimento da criança é o profissional e, sem dúvida, um professor específico, pois saberá envolver o estudante e fazer com que ele esteja e se sinta incluído em sala de aula.

1.7 As Obrigações de um Cuidador – sua Atuação

Sabendo que os alunos com deficiência precisam de auxílio para a realização de tarefas básicas, vê-se necessário contar com o apoio de de um cuidador. Para isso, é preciso oportunizar uma capacitação específica que busca preparar as escolas para a inclusão de alunos especiais.

Com o auxílio dos cuidadores é possível conciliar os trabalhos escolares. Pois o professor-cuidador tem a função de dar suporte para o atendimento educacional especializado feito na própria escola. O trabalho dos cuidadores torna-se gratificante porque pode acompanhar o desenvolvimento da criança. Como

cuidadores, ficam próximos dos alunos com deficiência, acompanham de perto e ficam sabendo o que eles passam.

Para que os alunos com necessidades especiais tenham a colaboração de um cuidador é preciso passar por uma avaliação, feita por profissionais da área da saúde, o qual darão suas considerações sobre o tipo e o nível da deficiência. A partir disso, é determinado se ele necessita, especificamente, do cuidador. A preocupação é fazer uma inclusão do estudante no contexto escolar. É preciso também ter a sensibilidade para entender que há alunos que não precisam desse tipo de apoio, que se sentem motivados em conseguir superar a necessidade que eles têm de alguma maneira. Trabalhar a inclusão é deixar que eles consigam se aperfeiçoar e encontrar, de acordo com sua condição física, o seu melhor rendimento.

Pela importância que há da presença de um cuidador de alunos com deficiência nas escolas, as obrigações se classificam por várias funções:

1.7.1 Quanto à Necessidade

Com as transformações na área de atenção às pessoas com deficiência, em particular com a adoção do paradigma de suporte, o enfoque das intervenções foi deslocado do indivíduo para os contextos sociais, culturais, políticos e econômicos. Isto significa que, além de buscar o desenvolvimento pessoal e a emancipação social das pessoas com deficiência, a prática emblemática deste paradigma é a construção da sociedade inclusiva, ou seja, a transformação dos ambientes físicos, dos valores e das atitudes visando ao estabelecimento da plena acessibilidade e acesso aos recursos e bens da sociedade.

A oferta de apoio para as atividades diárias e participação social dessa parcela da população tornou-se o foco da intervenção das políticas públicas.

Suporte ou apoio significa todo e qualquer equipamento, adaptação ou ajuda de pessoa ou serviço que visa a possibilitar ou facilitar o desempenho de funções, atividades ou participação de pessoas que possuam qualquer limitação funcional ou deficiência.

Na área da educação, com a formulação e vigência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é reconhecido como público alvo, dentre outros, alunos com deficiências e/ou condições que originam dependência de cuidados diários.

Nesses casos faz-se necessária a disponibilização de suportes que vão desde a oferta de equipamentos e ajudas técnicas, até a contratação de cuidadores para viabilizar a permanência destes alunos que apresentam necessidade de auxílio na alimentação, na higiene, para vestir-se e outras.

A figura do cuidador na escola irá garantir que alunos com limitações de comunicação, de orientação, de compreensão, de mobilidade, de locomoção ou outras limitações de ordem motora, possam realizar as atividades cotidianas e as propostas pelos educadores durante as aulas e nos períodos extraclasse, viabilizando assim sua efetiva participação na escola.

O professor não possui condições de trabalho que permitam que ele exerça essa função junto ao alunado. Por sua vez, a necessidade deste cuidado é inconteste no âmbito da escola e sua disponibilização é medida fundamental e imprescindível para a efetivação da educação inclusiva em nosso país.

1.7.2 Quanto à Função

As atribuições do cuidador vão desde cuidar de bebês, crianças, jovens, adultos até idosos, pois é a partir de objetivos são zelar pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida.

É importante ressaltar que o cuidador não é um profissional da saúde, mesmo que necessite saber algumas informações básicas de saúde assim como qualquer pessoa leiga que exerça a função de cuidar, como por exemplo, pais e familiares de crianças pequenas.

Desta forma, o cuidador se faz necessário para cuidar crianças, adolescentes e jovens, que apresentem condições de dependência de cuidados diários na escola.

1.7.3 Quanto às Responsabilidades e Tarefas

É preciso que se ressalte que existem diferenças entre as funções de cuidador e as funções de auxiliar ou técnico de enfermagem. O cuidador deve estar pronto a auxiliar a pessoa assistida no desempenho das atividades cotidianas e corriqueiras. Os profissionais da enfermagem atuam com pessoas cuja dependência

de cuidados se origina por razões totalmente diferentes e não se restringe a auxiliar nas atividades cotidianas, envolvendo práticas próprias da área de saúde como realizar medidas dos sinais vitais e outras, além de efetivar as prescrições médicas junto ao paciente.

Como exemplos de algumas tarefas do cuidador na escola tem-se: Alimentar, vestir, locomover, manipular objetos, realizar higiene corporal, sentar, levantar, comunicar-se, entre outras. Quanto a obrigação do Estado constata-se que é garantir o trabalho deste profissional para esse público alvo a educação necessária, através das secretarias estaduais e municipais de educação.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentada a metodologia da pesquisa, versaremos sobre objetivo, a abordagem, o público alvo, as técnicas e métodos.

2.1 Local da Pesquisa

A Escola escolhida para a realização da pesquisa foi a Escola Municipal José Carlos Mestrinho que está localizada na Avenida da Amizade no município de Tabatinga – AM, sendo esta uma instituição mantida pela Prefeitura Municipal de Tabatinga que oferece a Educação Infantil disponibilizada na Pré-escola, com turnos de funcionamento matutino e vespertino, atendendo as faixas de 04 a 05 anos de idade.

2.2. Público Alvo

O público alvo desta pesquisa foram professoras da Educação Infantil. Este trabalho enfatizou a linha de pesquisa Educação Especial e Inclusiva, dentre os quais buscou-se alguns pressupostos teóricos.

2.3 Quantos aos Objetivos

O método utilizado para a realização deste estudo é o método indutivo, que conforme Figueiredo e Souza (2008, p.93) “parte do particular para o geral, isto é, através de uma cadeia de raciocínio ascendente, chega-se a uma conclusão”. Logo, o presente trabalho aborda a função do cuidador no ambiente escola e, dessa forma procurara conhecer opiniões de cada colaborador.

Para os objetivos relacionados a este estudo, foi realizada a pesquisa descritiva, o qual possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação.

2.4 Abordagem

Optou-se neste trabalho, pela realização de uma pesquisa bibliográfica e de campo com enfoque qualitativo. A escolha se deu pela oportunidade de investigar profundamente a problemática da pesquisa e por permitir explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos e descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação.

A pesquisa qualitativa foi escolhida para esse trabalho, pois de acordo com Botelho; Cruz (2013, p. 54-55) esse tipo de pesquisa busca:

Entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, ela trabalha com descrições, comparações, interpretações e atribuição de significados possibilitando investigar valores, crenças, hábitos, atitudes e opiniões de indivíduos ou grupos. Permite que o pesquisador se aprofunde no estudo do fenômeno ao mesmo tempo que tem o ambiente natural como a fonte direta para a coleta de dados.

Sempre é bom lembrar que uma escola de qualidade não precisa provar que possui qualidade com tabelas, índices ou números. Ela precisa ser reconhecida pela comunidade escolar pelo que produz, pelos alunos que forma. Nem sempre os mecanismos externos de controle não tornam a escola mais democrática ou mais transparente. Ao contrário, vem produzindo mais desconfianças, fraudes e máscaras. A escola é responsável pela educação formal enquanto a família é responsável pela educação pessoal e de vida, pois valores éticos, conceitos de cooperação, respeito e solidariedade tem início na mais tenra infância e não devem esperar a idade escolar. O professor pode aproveitar a bagagem que o alunos já traz de casa.

A escola é um espaço importante no processo de integração da comunidade porque vincula conhecimentos, os quais devem ser o resultado da recriação e da interação dinâmica do saber escolar associado ao saber que os alunos levam para a escola. A participação e a construção de uma educação devem ter a cara da nossa realidade e dos nossos sonhos, não apenas resultado de leis que criam novas formas de funcionamento e de organização da educação. Os alunos com deficiência tem direitos de estar interagido dentro do espaço escolar, dentro das suas limitações, dessa forma o professor poderá usar na metodologia métodos que incluam estes alunos.

2.5 Quanto ao Tipo de Pesquisa

Nessa pesquisa fez-se primeiro o levantamento bibliográfico com o intuito foi encontrar teóricos que embasasse a pesquisa. Pois, de acordo com Andrade (2009, p.115), a pesquisa bibliográfica tanto pode ser um trabalho independente como constituir-se no passo inicial de outra pesquisa. Já se disse aqui, que todo trabalho científico pressupõe uma pesquisa bibliográfica preliminar.

Quanto a pesquisa de campo também utilizada, leva o pesquisador a interagir com os sujeitos da pesquisa e dessa forma tornar concreto os objetivos propostos.

Em relação à pesquisa descritiva ela expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

A pesquisa é considerada descritiva porque busca resolver os possíveis problemas com o melhoramento das melhores práticas através das observações, análise e descrição objetivas, por meio de entrevistas padronizadas da temática em questão.

2.6 Quanto à Coleta de Dados

Para a realização deste trabalho, a coleta de dados foi necessário, visto que, é através dessa técnica que se chega ao propósito do estudo. É pela coleta dos dados que será possível fazer uma análise.

2.7 Técnica

Durante a pesquisa, foi empregada a técnica de observação, entrevista e questionário. A qual no seu emprego, deve conter informações sobre a identidade do projeto e dados do autor. Esta técnica se constitui em uma excelente ferramenta de pesquisa. Os teóricos da metodologia, classificam como entrevista estruturada e não estruturada. Em qualquer classificação definida pelo pesquisador, a estrutura da entrevista deverá estar previamente elaborada e submetida à aprovação do orientador.

A técnica empregada neste trabalho foi a observação a qual é considerada como principal método de investigação, já que possibilita um contato maior entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. Através dele é possível coletar informações e ter impressões sobre o tema estudado de acordo. No primeiro momento será utilizada para a coleta de dados a observação participante, que levará o contato direto do observador com os fenômenos observados, para colher a informação sobre a realidade dos fatores sociais nos seus próprios contextos. Quanto a esta técnica Ludke afirma que:

[...] a observação possibilita um contato pessoal estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que a apresenta uma série de vantagens. Em primeiro lugar, a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno. “Ver para crer”, diz o ditado popular (LUDKE, 1986, p.26).

De acordo com Prestes (2007, p.30) “na observação participante o pesquisador parte da prática da situação que está estudando, sem que o demais elemento envolvido perceba a posição dele que se incorporam ao grupo ou a comunidade pesquisada, de como natural ou artificial”.

A coleta de dados da pesquisa ocorreu por meio de entrevista e questionário que, segundo Marconi; Lakatos (2003, p.195): “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.”

Foi organizado um questionário composto de perguntas abertas referente à temática estudada, o qual foi aplicado junto aos colaboradores da escola. Na definição de Figueiredo e Souza (2008, p. 127) diz que:

Questionário é o instrumento de coleta de dados mais utilizado em pesquisa quantitativa, especialmente em pesquisa de grande escala, como as que se propõem levantar opinião, preferência, ou se busca mensurar alguma coisa ou mesmo obter informações mais específicas.

Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem questionário como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. O questionário, numa pesquisa, é ainda um instrumento ou programa de coleta de dados. A confecção é feita pelo pesquisador; o preenchimento é realizado pelo

informante. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta para que o interrogado compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

Sobre as perguntas abertas Gil (2008) diz que são “aquelas em que a resposta é apresentada textualmente e de forma livre”. Assim, “dá maior liberdade de resposta, mas, no entanto a interpretação desse tipo de questionários é mais difícil, porque pode variar muito cada resposta”.

Inicialmente foi explicada aos sujeitos da pesquisa, qual a finalidade e o objetivo que almejávamos atingir. Com o intuito de analisar o papel do cuidador da criança portadora de deficiência, foi realizada a pesquisa com uma cuidadora da Escola Municipal José Carlos Mestrinho. Buscou-se através da entrevista identificar o que a cuidadora entende por inclusão e o seu papel frente a inclusão.

A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informação por parte do outro, o entrevistado.

Gil (1999, p. 117) conceitua a entrevista como “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Partindo desse pressuposto é que, o trabalho tomará forma para que seja possível avaliar a partir da análise e discussão junto a alguns teóricos, como será visto capítulo seguinte.

CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS

Para melhor compreensão do que foi discutido, fez-se uma análise da entrevista realizada com algumas pessoas que trabalham na escola em que foi realizada a pesquisa, no caso, 2(duas) professoras e um pai/mãe, buscando sempre contrapor as opiniões dos entrevistados com de teóricos citados no texto e que sejam pertinente a temática investigada. Inicialmente, se faz necessário caracterizar as entrevistadas e assim denominá-las de professora 1 e Professora 2 e Mãe. Em relação aos docentes todas são graduadas em licenciatura plena em Pedagogia e com Especialização em Educação Inclusiva. Atuam na educação infantil a bastante tempo.

A princípio, questionou-se as entrevistadas sobre se: a Escola recebe muitas crianças com deficiência ou transtorno global e quais os mais comuns? e a resposta foi:

Ao longo dos últimos 04 anos temos visto um grande aumento na demanda desse alunos. Temos inúmeras deficiências como: Síndrome de Down, transtornos globais, paralisia, autismo, TDAH, etc. (Professora 1)

A professora 2, ainda complementou dizendo que há “cardiopatas, problemas na fala e comportamento, epilepsia, retardamento mental grave, atraso global de desenvolvimento neuro-psicomotor, visual.”

O que se pode observar é que, a escola em estudo, apesar de receber crianças com as mais diferentes patologias, vê-se que os professores não possuem uma formação ou capacitação que as permitam conhecer como devem proceder em determinadas situações, mas que fazem o possível para incluí-los ao meio escolar,

O conceito apresentado pela Declaração de Salamanca (1994, p. 18) dado a pessoas com necessidades educativas especiais se relaciona “a expressão necessidades educativas especiais referindo-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem”. Com isso entende-se que, as escolas devem sempre acolher as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas.

Em seguida foi perguntado: Os professores recebem alguma capacitação que possa ajudar a lidar com a situação? Ou seja, se havia uma formação contínua

antes de do início do ano letivo. A professora 1 foi muito enfática ao responder que “esporadicamente, pois geralmente no início do ano, a cada gestão, é realizada uma reunião coma a coordenadora de Educação Especial que aborda alguns assuntos relacionados às deficiências”. A professora 2, também afirmou que: “às vezes, que precisa sim, de mais capacitações”.

Sobre essa questão é verificável na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDBEN, no qual deixa definido em seu inciso III do artigo 59, que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidade especiais “professores com especialização adequadas em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”

É importante ressaltar a preocupação dos docentes em ampliar seus conhecimentos, visto que sempre enfrentarão situações semelhantes, já que está se tornando comum a entrada de alunos especiais em salas de ensino público. Tanto uma quanto a outra, apresentam o mesmo posicionamento no que diz respeito a um preparo maior para atender as crianças.

Após as primeiras informações, questionou-se junto as entrevistas: A escola trabalhava com auxílio de cuidadores no atendimento às crianças com deficiências? E a resposta foi:

Nos anos anteriores, sim todos os alunos que precisavam, tinha, seus cuidadores. Infelizmente, na atual gestão até o momento, não temos, pois há cinco casos mas, de duas que mais precisam, só uma conta com a ajuda de professor auxiliar (Professora 1)

Em análise a resposta da professora, verificou-se o quanto é importante a presença de cuidadores. Pois a mesma opinião é comungada pela professora 2, que afirmou “que é importante, pelo fato de poder dar uma atenção especial a quem precisa,”

Sabe-se que o professor auxiliar tem uma outra função, assim como o cuidador tem uma específica. Seria interessante se fosse dado mais importância a presença do cuidador às escolas.

Foram questionadas as professoras com seguinte pergunta: Os docentes têm conhecimento sobre a função do cuidador de deficientes junto ao professor? E

as entrevistadas prontamente afirmaram “que quando a escola tinha esse profissional, ele ajudava o professor em todos os aspectos desde os conteúdos trabalhados, bem como ajudando a criança na alimentação, troca de fralda e a adaptação no ambiente escolar”. As duas tiveram a mesma opinião por já terem trabalhado em outros anos na referida escola. Percebe-se que elas têm noção da real função do cuidador e sentem a falta que ele faz junto as criança, visto que, é uma atenção diferenciadas, mas pela especificidade de cada criança especial.

Foi importante saber a opinião sobre o conhecimento da legislação junto aos cuidadores e percebeu que há um conhecimento sim, até porque nos poucos encontros de capacitações foram disponibilizados documentos acerca das leis que amparam tanto as criança com deficiências quanto seus respectivos cuidadores.

O artigo 208 da Constituição Federal (1988) prevê como dever do Estado “o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidade educacional especial, preferencialmente na rede regular de ensino”. Dentro desse parâmetro é que as docentes esperam um esclarecimento, mesmo que seja através de uma formação continuada, que as disponibilizem suporte legal para a solicitação de cuidador para o auxílio das crianças na escola.

Colocou-se as professoras a seguinte questão: Por que algumas escola ainda resistem em receber crianças com deficiências? a Professora 2 falou “que ela não poderia falar das outras escola, acredita-se pelas estaduais, porque as escolas municipais recebem sim, qualquer criança”. Entretanto, a Professora 1 fez uma ressalva onde afirma que, “a maior queixa das escolas é não estarem tão preparados, seja parte física da escola quanto na formação e capacitação de professores”

Nessa questão, percebemos uma preocupação por parte dos docentes além da preocupação por não ser disponibilizado um cuidador no auxílio com as crianças. É o fato de que, há pais que ainda não admitem que seus filhos dito saudáveis interajam com as que apresentem uma deficiência. Pois os professores sabem que dentro da sala não pode haver diferenças, para isso discute-se tanto a inclusão na escolas.

Foi questionado ainda: Se a escola recebe um número razoável dessa clientela, como eles agem diante dessa situação se não tem tanto preparo?

Segundo as professora entrevistadas, uma vez que a escola recebe, os professores procuram, na medida do possível, auxiliar e prestar atendimento junto

aos seus alunos (professora 1). A E. M. José Carlos Mestrinho nunca houve recusa em receber essas crianças e junto com os professores auxiliares ou cuidadores, os educadores desenvolvem um trabalho satisfatório pois, contam com o apoio da sala de recurso (professora 2).

Segundo Masson; Brito; Sousa (2008, p. 70) “os cuidadores não necessitam de nenhuma capacitação prévia para exercerem a função, podendo ter acesso ou não a cursos e treinamentos básicos.” A partir dessa opinião, entende-se que aparentemente não é necessária qualquer formação que fundamente a prática desse profissional, mas nada impede que tenha um preparação e conhecimento, em termos das deficiências, senão como saberá a devida ajuda?

O que se percebe é que os docentes da escola são estimulados a fazer um bom trabalho, pois sabem da importância e necessidade que essas crianças têm em ter um bom aprendizado e interação com outras crianças.

Para finalizar a entrevista com as docentes, questionou-se: Há uma cobrança junto à Secretaria de Educação Municipal, no sentido de contratar cuidadores para as escolas e quais seriam os critérios para a contratação? A resposta foi de que:

A cobrança, na verdade, é da escola que envia suas demandas e seus pedidos de contratação de cuidadoras, infelizmente nem sempre são atendidos a contento. Nessa gestão, não foi disponibilizado vagas no processo seletivo para cuidadores. No entanto, em alguns casos extremos, foi enviado professores auxiliares para ajudar o professor titular no cuidado desses alunos (Professora 1).

A professora 2 por sua vez não opinou a respeito do que foi questionado.

Dessa conversa com os docentes, o que se percebe é que, a vontade de fazer um bom trabalho, de dar o suporte necessário às crianças que precisam de cuidados especiais é muito grande, mas falta quem sabe um olhar mais especial por parte dos governantes e assim fazer valer a lei e o direito que todos merecem.

Nesse trabalho de pesquisa também fez-se uma entrevista com uma mãe como forma de conhecer sua opinião. Em primeiro momento, a mãe achou que os questionamentos deveria ser apenas para os professores, talvez, pelo fato de a mesma, desconhecer o que rege a lei, por fim aceitou em responder algumas perguntas.

Para início de conversa perguntou-se: o que você entende por inclusão? E a resposta da mãe foi a seguinte:

A inclusão é para aquelas pessoas que são doentes, que não iguais as crianças ditas “normais”, acredito que ela seja necessária, para que meu filho possa estudar, mesmo com a diferença. No meu ponto de vista, eu acho certo, porque a criança tem que aprender, porque o que ele aprende, mesmo que seja pouco, é uma grande vantagem e tem aprender a ficar com outras crianças.

Verificou que a mãe sabe, de uma forma distorcida o que é inclusão. Sabe que seu filho precisa interagir com outras crianças. E isso é importante, porque aos poucos ela vai entender que seu filho pode aprender como qualquer outra criança.

Paulo Freire (2008) definia inclusão como um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável na sociedade da qual fazem parte e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

Realmente há de se concordar com Freire, visto que, quando de luta por seus direitos, se garante o direito a educação. Com isso, a mãe vai sempre buscar pelo direito de seu filho. Ela apenas quer que seu filho estude e tenha um grande futuro apesar de suas limitações.

Um outro questionamento feito a mãe foi: o que você acha da presença de um cuidador, em sala de aula? A mãe respondeu: “acho interessante, porque vai ajudar a professora cuidar do meu filho”.

Segundo Brasil (2008, p. 6):

[...] a rede regular de ensino, inclusive a particular, passou a ser olhada e cobrada rotineiramente, para que evolutivamente apresente cada vez mais condições, como acessibilidade física dos prédios, existência de corpo docente capacitado e de serviços de apoio, inclusive de cuidadores.

O que se percebe é que, a mãe mesmo sendo uma pessoa simples, já percebe que na sala de aula, a professora titular precisa da ajuda de uma outra pessoa. Pois sabe-se como seria difícil ter uma criança especial em uma sala e que se pode dar uma atenção maior.

Perguntou-se a mãe: como é o tratamento dado a seu filho na escola? A entrevistada respondeu que, “muito bom, meu filho gosta de ir pra escola, a professora tem paciência e tem uma outra moça que ajuda ela”.

Em relação a aprendizagem questionou-se: você percebe que seu filho está aprendendo ou entendendo o que a professora ensina? A mãe respondeu:

Acho que sim, acho que ele tá aprendendo sim, porque ele quando chega em casa conta o que aconteceu mostra os trabalhinhos. Ele faz devagar por causa do problema dele, mas sei que ele vai conseguir.

O que se percebe é que a mãe parece satisfeita com o fato do filho poder estar frequentando a escola e acompanhar na medida do possível, o que a professora faz em sala de aula.

Mas, apesar de tudo que foi dito e analisado, percebeu-se que, as professoras fazem tudo o que podem para ajudar as crianças, no sentido de ensinar a ler e escrever, mesmo sabendo que para trabalhar em sala de aula que tem crianças com alguma deficiência, precisam, não só de cuidador, mas de preparação ou pelo menos noções sobre como agir em determinadas situações.

Sobre isso, Brasil (2008) destaca a figura do profissional denominado cuidador, na rede regular de ensino, pois possibilita aos alunos com limitações de comunicação, de orientação, de compreensão, de mobilidade, de locomoção ou outras limitações [...] a participação de forma inclusiva no cotidiano escolar. Ressalta-se que o professor, sozinho, não possui condições de trabalho que permitam que ele exerça, também, essa função junto aos alunos.

Vale dizer que, é importante mostrar ao professor e aos pais que a escola está a serviço de todos, sempre pensado no bem estar das crianças, principalmente, das especiais. Mesmo que não se conte com a presença de cuidadores, o direito a educação é de todos. Para tanto, é preciso que haja um interesse em conhecer os procedimentos pedagógicos atuais para avaliar as mudanças de métodos e recursos específicos para se trabalhar com alunos com necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse trabalho, buscou-se refletir sobre as práticas referentes a inclusão da criança com deficiências na Escola Municipal Jose Carlos Mestrinho e a necessidade de um cuidador para a mesma, afim de garantir sua permanencia na rede regular. E para não que sofra qualquer constrangimento e impossibilidade de inclusão, verificou-se que a referida escola promover a inclusão a partir da educação infantil como se vê no seu dia a dia escolar e demonstrando a possibilidade de garantir o acesso permanente à educação. Com isso, busca criar um ambiente agradável e adequado para todas as crianças, levando-as a conviver com as diferenças, além de contribuir para um espaço saudável de desenvolvimento e aprendizagem.

Há de reconhecer que discutir sobre inclusão pode até ser um tema um tanto persistente, no entanto, o que se percebe é a grande distância entre o discurso e a prática. Os estudos e pesquisas sobre a temática, embora relevantes e atuais, percebe-se a necessidade de mais apoio na área. Através dessa pesquisa constatou-se, que as pessoas mesmo desconhecendo conceitos, estão mais conscientes e querem a garantia dos direitos da pessoa com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento através das ações políticas.

No entanto, para que haja uma implementação das ações, de forma que realmente promova a inclusão, é necessário que haja uma reflexão, planejamento e avaliação.

Diante disso, foi possível constatar nesse estudo e nos resultados obtidos através da entrevista realizada com os sujeitos envolvidos, que até há um interesse por parte das escolas em garantir esse direito conquistado pela pessoa com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, entretanto, ainda há certa indisposição por parte de quem contrata o serviço dos cuidadores, talvez por não conhecer a legislação ou outros entraves que impedem a contratação. Há também, o fato de que faz-se confusão acerca do papel do cuidador, pois geralmente a pessoa designada para exercer, não está recebendo as informações necessárias sobre a função que exercerá, nem a formação necessária para atuar diante dos desafios e necessidades que surgem nesse processo de inclusão da criança com deficiência. A falta de informação pode acarretar uma troca de papéis dentro da sala de aula, levando em consideração que a função de cuidador é garantir o bem estar da

criança e em muitas situações esse profissional está substituindo a função pedagógica do professor recriando um processo de integração.

Portanto conclui-se, que o cuidador tem um papel importante no processo de inclusão, visto que ajuda o professor a lidar diante dos desafios que vão surgindo diante da inclusão da criança, dá também o suporte necessário para que esteja incluída em todas as suas necessidades.

É importante salientar que, nessa reflexão acerca do cuidador, está o seu real papel pois, é preciso ele saiba interagir a teoria à prática, de forma que se torne um bom profissional e que exerça um trabalho consciente, com base nos valores e princípios da inclusão.

Este trabalho reflete o esforço acadêmico em conhecer o cotidiano de uma instituição escolar que pela lei, precisaria de um cuidador para que auxiliasse no processo de ensino e aprendizagem, bem como em algumas situações que só o cuidador poderia fazer, visto que o professor titular se encarregaria aos trabalhos pedagógicos. A contribuição do trabalho não se restringe apenas ao acadêmico, mas a toda formação e informação adquirida ao longo da pesquisa. A discussão com teóricos só fortaleceu as ideias que até então ficava na suposição ou hipóteses.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MEC/SEESP/SEF, 2001.

D'ANTINO, M.E.F. A questão da integração do aluno com deficiência mental na escola regular. In: MANTOVAN, M.T.E. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: memom: SENAC, 1997.

BRASIL. **Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1997.

FERREIRA, Júlio Romero. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência**. Piracicaba: Unimep, 1993.

FIGUEIRA, E. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2011. (Coleção Primeiros passos).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona**. Nova Escola, São Paulo, Ano XVII n. 165, p.40-47, set. 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 14/07/2014.

LUDKE, M. e ANDRE, MARLI E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MALUF, Angela. C. M. **Brincar: prazer e aprendizado**. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2003.

MANTOAN. Maria. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras**. Disponível em: <<http://www.educacaoonline.pro.br/> > acesso em: 21/08/2012, 08:23.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZOTA, José. S. **Educação especial no Brasil**: histórias e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível**: Reinventado o ensinar e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.

MONTEIRO, S. **Inclusão**: um desafio para os sistemas de ensino. 8 p. Disponível em: <portal.mec.gov.Br/sees/index.php. Acesso em: 05/09/2012. revista de ciência da educação: são Paulo, 2004. ano 4, n. 6, unisal.

PROJETO DE LEI Nº 6.966/2006, 03 de maio de 2006. Deputado Inocêncio Oliveira

Reportagem revista **ADAP** atualizada em 20/09/2016.

SACRISTÁN, J. G. **Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores**. In: NÓVOA, A. Profissão Professor. Portugal: Porto Editora, 1995.

SILVA, J. M. **Práticas educativas em organizações inclusivas**: o problema do sujeito. In: SOUZA, O. S. H. (Org.). Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas. Canoas: Ed. Ulbra; Porto Alegre: AGE, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES

1. A Escola recebe muitas crianças com deficiência ou transtorno global e quais os mais comuns?
2. Os professores recebem alguma capacitação que possa ajudar a lidar com a situação?
3. A escola trabalhava com auxílio de cuidadores no atendimento às crianças com deficiências?
4. Os docentes têm conhecimento sobre a função do cuidador de deficientes junto ao professor?
5. Por que algumas escola ainda resistem em receber crianças com deficiências?
6. Se a escola recebe um certo número dessa clientela, como eles agem diante dessa situação se não tem tanto preparo?
7. Há uma cobrança junto à Secretaria de Educação Municipal, no sentido de contratar cuidadores para as escolas e quais seriam os critérios para a contratação?

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO PARA A ENTREVISTAS COM A MÃE

1. O que você entendia por inclusão?
2. O que você acha da presença de um cuidador, em sala de aula?
3. Como é o tratamento dado a seu filho na escola?
4. Você percebe que seu filho está aprendendo ou entendendo o que a professora ensina?